

UM POUCO DA HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO PARANÁ

Elpídio Serra*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a origem e a evolução das cooperativas de produtores rurais no Paraná. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense, também é destacado.

Palavras-chave: Cooperativismo; agricultura; imigrantes; agro-indústria

ABSTRACT

The aim of this paper is studying the origins and the evolution of rural producer's cooperatives in Paraná state. Besides, the value of these cooperatives in process of modernization in agriculture of Paraná is detached.

Key words: Cooperativism; agriculture; immigrant; agro-industry

INTRODUÇÃO

Em boa parte, foi por iniciativa de imigrantes estrangeiros, oriundos de países europeus e asiáticos, que o Brasil teve implantadas as suas primeiras cooperativas de produtores rurais. As cooperativas, em sua maioria implantadas entre o final do século XIX e o início do século XX, tinham por finalidade organizar os sistemas de produção e servir como elemento de apoio aos recém-chegados, diante de uma série de situações adversas no novo ambiente sócio-cultural. Exemplo: como não dominavam a língua portuguesa, os imigrantes eram, logo de início, facilmente ludibriados por atravessadores, pouco ou nada escrupulosos, quando da transação comercial de sua produção agrícola¹.

* Professor vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

¹ A Cooperativa Agrícola da Cotia, constituída em 1915 mas implantada de fato em 1927, pode muito bem ilustrar esta situação. Segundo ANDO (1961:25), esta cooperativa "serviu, desde o início de seu funcionamento, como elemento protetor dos imigrantes japoneses que eram explorados pelos comerciantes de gêneros alimentícios de São Paulo".

A estreita ligação entre agricultores imigrantes e o cooperativismo foi muito comum, entre o final do século passado e o início do atual, nas regiões Sul e Sudeste, sendo menos significativa nas demais regiões. Algumas entidades, uma vez cumpridas com sucesso as finalidades iniciais, evoluíram para grandes empresas comerciais e industriais e assim se mantêm até hoje, sendo este o caso de diversas cooperativas de granjeiros do Rio Grande do Sul, implantadas por imigrantes italianos e alemães e também de diversas cooperativas de produtores de trigo e leite, implantadas no Paraná por imigrantes italianos, alemães, poloneses e holandeses.

AS COOPERATIVAS DE IMIGRANTES NO PARANÁ

No Paraná, as cooperativas constituídas de agricultores imigrantes foram muito importantes, primeiramente no papel de fixar o homem à terra e facilitar sua adaptação sócio-econômica e cultural no contexto das colônias agrícolas, e posteriormente como instrumento que ajudou a viabilizar a sua participação, como produtor agrícola, no sistema econômico dominante. Na prática, a instalação de uma cooperativa era seguramente a estratégia mais utilizada pelos imigrantes para, em melhores condições, terem assegurado o seu desenvolvimento econômico e social na terra distante. Num primeiro momento, a cooperativa servia para viabilizar a auto-suficiência da colônia; num segundo momento contribuía para garantir a sua prosperidade através da comercialização de excedentes agrícolas e, em alguns casos, de produtos industrializados.

A exemplo do que aconteceu em outros Estados, algumas das cooperativas instaladas no Paraná por agricultores imigrantes evoluíram para grandes empresas comerciais e industriais e têm seus produtos disputando a preferência do público consumidor, ao lado de produtos similares, lançados no mercado por importantes empresas multinacionais. Este é o caso dos produtos Batavo, à base de leite, lançados pela Cooperativa Agropecuária Batavo, fundada em 1935 por imigrantes holandeses na colônia Carambeí, município de Castro. Assim como a Batavo, uma série de outras cooperativas de imigrantes se destacam no Paraná (Tabela 1), quer comercializando produtos "in natura" cultivados pelos associados, quer industrializando a produção e colocando suas marcas no mercado consumidor.

Um dos grandes incentivadores do cooperativismo dentro das colônias de imigrantes foi o ucraniano Valentin Cuts, que chegou no Brasil em 1912, fugindo de perseguições políticas em seu país de origem. É atribuída a esse imigrante a fundação, no período de 1918 a 1930, de 14 cooperativas no Paraná, mais duas em São Paulo e uma em Santa Catarina. Seu objetivo principal, segundo LIMA (1977:44) era

"atender às necessidades dos imigrantes ucranianos, nos Estados onde foram fixados".

Outro incentivador do cooperativismo entre os agricultores imigrantes estabelecidos no Paraná foi o padre Teodoro Drapienski, responsável pela fundação, em 1920, da Sociedade Cooperativa de Comércio União Lavoura, de Sant'Ana, hoje município de Cruz Machado. A Sociedade foi criada nos moldes da União Popular, que na época funcionava em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul por iniciativa de outro religioso, o jesuíta Teodoro Amstad, precursor no Brasil do sistema cooperativista denominado "Caixas Rurais de Raiffeisen". O sistema de Raiffeisen, entretanto, distanciava muito do que se constituíam as finalidades básicas das cooperativas da época, tanto que uma de suas preocupações, documentadas nos Estatutos Sociais, era "combater os inimigos da Igreja e do Estado".

Tabela 1. Estado do Paraná. Cooperativas agropecuárias de antigas colônias.

Cooperativa	Fundação	Município	Colônia	Instalação	Origem
Coop. Mista Agropec. S. José Ltda	---	S. J. dos Pinhais	Murici	1878	po./ital.
Coop. Afonso Pena Ltda	---	Curitiba	Afonso Pena	1908	alem./pol.
Coop. Mista Iguassu Ltda	---	Curitiba	Afonso Pena	1908	alem./pol.
Coop. Garcês Ltda	---	Curitiba	Garcês	1935	alem./pol.
Coop. Maracanã Ltda	---	Castro	Maracanã	1935	alemã
Coop. Mista Cipó Ltda	---	Castro	-	1935	alemã
Coop. Agrop. Batavo Ltda	1935	Castro	Carambeí	1911	holandesa
Coop. Castrolanda Ltda	1951	Castro	-	---	holandesa
Coop. Central Agrária Ltda	1951	Guarapuava	-	---	alemã
Coop. Mista Agropec. Witmarsun Ltda	1952	Palmeira	Witmarsun	1951	holandesa
Coop. Central de Laticínios do Paraná	1954	Castro	Carambeí	1911	holandesa
Coop. Agropec. de Arapoti Ltda	1960	Arapoti	Arapoti	1960	holandesa

Fonte: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1974

COOPERATIVAS DE PRODUTORES DE MATE

A semente do cooperativismo, lançada pelos imigrantes, teve seu efeito multiplicador quase que de imediato entre os agricultores paranaenses de um modo geral, tanto que também outros segmentos de trabalhadores e produtores rurais passaram a fundar cooperativas, após descobrir as vantagens do sistema, principalmente no que se refere à organização das relações da lavoura com os mercados de compra e

venda. É o caso dos produtores de mate do Sul do Estado, mesma região que concentrava o maior número de cooperativas de imigrantes.

As cooperativas de mateiros começaram a ser estruturadas a partir de 1943, seguindo orientação da COCPM - Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores de Mate, criada pelo Governo Federal. Na época a economia do setor estava em crise em função da retração nas compras do mercado externo, notadamente o argentino. Com as dificuldades de comercialização, os estoques em poder dos produtores foram aumentando além de sua capacidade individual de armazenamento, passando, com o desequilíbrio da lei da oferta e da procura, a pressionar para baixo o comportamento dos preços. Foi para evitar o consequente colapso geral do setor que o Governo instituiu a COCPM, dando a ela plenos poderes para organizar e implantar cooperativas, como estratégia para amenizar os efeitos da crise. As entidades então criadas tinham a função específica de lutar contra o processo que gerava quedas nos preços; o mecanismo que passaram a utilizar foi procurar reter o produto na zona de produção, evitando a sua chegada nas zonas de comercialização onde, fatalmente, continuaria pressionando para baixo os níveis de remuneração.

Três anos depois do início de suas atividades, em 1943 a COCPM havia sido responsável pela implantação de 14 cooperativas de ervateiros, que congregavam mais de 10 mil produtores. Nas cooperativas, a Comissão havia construído cerca de 100 armazéns para a estocagem da produção. O efeito prático da política adotada pode ser extraído da reação dos preços de mercado: uma arroba de mate teve alta de mais de 300 por cento entre 1942 (antes das cooperativas) e 1948 (depois das cooperativas), num época em que a inflação era quase que inexistente no País. Além disso, por força e pressão das entidades, o Governo foi levado a definir uma política de preços mínimos para o produto e ainda passou a financiar a produção à base de 90% do preço mínimo.

Foi a fase áurea do mate no Paraná que, entretanto, não durou muito. Afirma, a propósito, LIMA (1974:51) que "desde 1943, quando foram organizadas as cooperativas, até princípios de 1947, os negócios do mate correram bem. A partir de então, a abolição do regime de quotas, a formação de grandes estoques nas cooperativas, o excesso de produção, a retração da demanda, a escassez de divisas no mercado mundial, os problemas internos de organização e funcionamento das cooperativas e a falta de planejamento, fizeram com que este setor, que fora tido como setor especializado da economia ervateira, perdesse terreno no tempo, relativamente aos novos setores cooperativistas que se foram implantando no Estado à base de novos produtos agrícolas como o café, e, mais recentemente, o trigo e a soja".

Na prática, o rápido período de ascensão e queda das cooperativas de ervateiros e , por extensão, da própria economia ervateira paranaense, envolveu interesses estranhos aos produtores e que tumultuaram a organização implementada através da COCPM, que em linhas gerais definia a exata posição do produtor, do industrial e do comerciante, no jogo da produção, industrialização e comercialização das safras.

Insatisfeitos com a rigidez da política da COCPM, os industriais e comerciantes se uniram, conseguiram envolver os produtores menos esclarecidos e voltar à situação de antes das cooperativas, que embora sendo altamente prejudicial ao setor primário, não era de todo ruim aos setores secundário e terciário. A crise, então, voltou a acontecer e com intensidade maior do que antes porque a esta altura a Argentina e outros países produtores já haviam se firmado no mercado internacional à base de um produto de qualidade superior ao produto paranaense.

COOPERATIVAS DE PRODUTORES DE CAFÉ

O café foi o produto que abriu as portas para o cooperativismo na região Norte do Paraná. A exemplo das cooperativas de mateiros, as cooperativas de cafeicultores surgiram em momentos de crise nas lavouras e como instrumento de defesa dos produtores.

Inicialmente as cooperativas foram surgindo das bases, isto é, a partir da iniciativa dos próprios produtores de café. Do final da década de 50 em diante com a criação do Instituto Brasileiro do Café, o Governo passou a tomar a iniciativa, quer fundando, quer recuperando cooperativas constituídas pelos cafeicultores e que enfrentam dificuldades de funcionamento.

Lembra REIS JUNIOR (1986:14) que "entre os anos 40 e 50, a rápida ocupação das terras roxas norte-paranaenses, de alta fertilidade, conduziu à implantação de uma cafeicultura intensiva, ao ponto do café tornar-se o principal produto da economia do Estado. O cooperativismo não poderia, assim, deixar de vincular-se com esta cultura, o que acabou acontecendo de forma mais efetiva a partir dos anos 50. Embora as primeiras cooperativas de cafeicultores tenham surgido antes, foi na segunda metade dos anos 50 que ocorreu a criação de várias cooperativas voltadas ao café.

Em 1964, o Paraná contava com 39 cooperativas de cafeicultores, cujo surgimento foi em grande parte estimulado pelo Instituto Brasileiro do Café".

Em sua maioria, as cooperativas foram implantadas entre 1957 e 1964, coincidindo com o período crítico do processo de desarticulação da economia cafeeira paranaense. O cooperativismo surgiu como instrumento de defesa dos produtores, em uma época bastante adversa,

de profundas dificuldades na comercialização das safras. A expectativa era de que as cooperativas permitissem visualizar uma solução de curto prazo, que resolvesse o problema dos excedentes de café e que gerasse o equilíbrio do mercado e a retomada dos preços. Diante desse quadro, não se pode dizer que houve algum tipo ou forma de conscientização dos produtores quanto à prática associativista e suas vantagens.

A propósito, a história do cooperativismo no Norte do Paraná registra outras situações em que as cooperativas foram importantes em momentos de crise nas lavouras, regredindo depois, ou porque a crise foi superada ou porque as entidades ou empresas foram insuficientes, diante das expectativas criadas, para resolver os problemas emergentes dos agricultores filiados.

Na década de 40 e primeira metade da década de 50, o problema que justificou a constituição de cooperativas na região Norte foi a falta de vagões para o transporte das safras até São Paulo, onde deveriam ser comercializadas. Na época, São Paulo absorvia toda a produção regional de grãos e a falta de meios de transporte significava, para o produtor, não conseguir chegar a esse mercado e ter sua produção deteriorada na roça ou, como solução alternativa, ter que transacionar com intermediários que pegavam preços aquém dos que eram praticados na praça de São Paulo. Os agricultores resolveram, então, fundar cooperativas, na esperança de que, unidos em torno de uma entidade associativista, pudessem negociar com a estrada de ferro e ter suprida a deficiência de vagões.

Foi em função dessa bandeira de lutas que surgiu a primeira cooperativa de cafeicultores do Norte do Paraná, a Cooperativa Agrícola de Três Barras, em 1939, no Município de Assaí. Em 1951, segundo a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras (1977:23), a primeira entidade associativista da região contava com 877 agricultores filiados, número considerado expressivo para a época. Da mesma forma, foi em função da luta para conseguir vagões ferroviários, que surgiram a Cooperativa Agrícola Mista de Cambé, em 1943; a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ibiopã, em 1947 e uma série de outras, instaladas nos Municípios de Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina e Rolândia, localizados sobre o espigão da produção cafeeira paranaense.

Nenhuma dessas entidades, entretanto, conseguiu passar da década de 50, sendo que todas elas desapareceram antes e pelo mesmo motivo: não tiveram força suficiente para atingir o principal objetivo que justificou a sua criação: a solução para o problema do transporte das safras.

Depois de frustradas as experiências iniciais, o cooperativismo deixou de ser assunto para os cafeicultores por um bom período, pelo menos até o final da década de 50, quando voltou a ser discutido, e novamente como meio de defesa da classe, agora mergulhada na crise da super-produção cafeeira.

Foi nesta época de profundas dificuldades para a cafeicultura regional que o Norte do Paraná teve implantado o maior número de cooperativas, em toda a sua história. Curioso é que as entidades surgiam praticamente da noite para o dia, em função de iniciativas de pequenos e geralmente despreparados grupos de agricultores, que nem mesmo levavam em conta se o espaço (município ou distrito municipal) em que resolviam implantar, já possuía ou não entidade do gênero em funcionamento. Como resultado, passaram a existir na região municípios com duas e até três cooperativas concorrendo entre si, caso de Maringá, Paranavaí, Londrina, Apucarana e Rolândia (Figura 1).

Uma vez as entidades não conseguindo, sequer, vencer a concorrência mútua, jamais poderiam se fortalecer e colocar em prática o ideal do "um por todos e todos por um". Da mesma forma, dificilmente acabariam conseguindo resolver o problema básico que motivou a sua constituição.

Sem consistência e sofrendo frustrações por não terem conseguido encontrar a solução ideal para a crise do café, as cooperativas, uma a uma, entraram em estado de insolvência, caminho para a liquidação. Não se tem notícia de que alguma entidade surgida nesta fase tenha conseguido sobreviver. Todas foram úteis, no entanto, pouco tempo depois, quando novas cooperativas passaram a ser constituídas, desta feita em sua maior parte com a ajuda do Instituto Brasileiro do Café, que levou em conta os erros cometidos em passado recente. O IBC evitou que um mesmo município tivesse mais de uma cooperativa, envolvendo o mesmo ramo de atividade. Da mesma forma, providenciou que cada cooperativa implantada tivesse uma área de ação exclusiva, englobando vários municípios vizinhos, onde não sofresse concorrência de entidade similar. Com esta orientação, o sistema associativista passou a trilhar caminhos mais seguros, com a ressalva de que teria que agir segundo normas estabelecidas pelo IBC, vale dizer, pelo Governo Federal.

A CONSOLIDAÇÃO DAS COOPERATIVAS

O resultado foi que as cooperativas recuperadas ou implantadas a partir daí, mesmo perdendo espaço em termos de liberdade de ação, passaram a ter condições de sobrevivência, sendo que boa parte delas se mantém até hoje e figuram entre as maiores empresas do Estado e até do País, caso da COCAMAR de Maringá e da COAMO de Campo Mourão. De maneira geral, elas conseguiram se firmar no contexto da problemática agrícola paranaense, quer se adaptando à dinâmica do campo, mesmo nos momentos de grandes mudanças, como foi a substituição das lavouras de café pelas lavouras mecanizadas de soja e trigo, na década de 70, quer assumindo o papel de geradoras de lucros para os agricultores filiados.

Deve ser acrescentado que o crescimento e a consolidação das cooperativas de produtores rurais do Paraná passaram a depender, de um lado da sincronização com a atividade agrícola desenvolvida pelos associados e de toda a problemática inerente (sistema de armazenagem apropriado, assistência técnica, etc.) e, de outro lado, da ajuda governamental de que passaram a ser contempladas, principalmente durante o período do regime militar. Na época, o Governo Federal se sustentou nas cooperativas para consolidar o novo modelo agrícola, baseado na substituição das lavouras tradicionais pelas lavouras modernas, retribuindo a este apoio com a distribuição de financiamentos a juros altamente subsidiados. Paralelamente, em função da mesma política de carrear para as cooperativas dinheiro farto e barato, o Governo militar visou fortalecer o sistema, colocando-o em condições de competir com vantagens com o movimento sindical rural. A idéia era transferir via cooperativas para o sistema produtivo, as forças políticas que agiam dentro e em torno dos sindicatos.

De uma forma ou de outra, as cooperativas aproveitam a boa fase de relações com o Estado e se estruturam como grandes empresas, algumas delas consolidando complexos agro-industriais que nada têm a perder, em bens e equipamentos instalados, para renomadas empresas multinacionais que atuam no mesmo setor.

BIBLIOGRAFIA

- ANDO, Zempati. **Pioneirismo e cooperativismo**: história da Cooperativa Agrícola de Cotia. São Paulo, Sociologia e Política, 1961.
- LIMA, Luiz Mendes. Histórico do Cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, BADEP, (43):39-66, jul/ago, 1974.
- REIS JUNIOR, José Cassiano. O café e as cooperativas do Norte do Paraná. **Jornal de Serviço Cocamar**. Maringá, COCAMAR, jun, 1986.
- SERRA, Elpídio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuarista de Maringá. Rio Claro, UNESP, 1986. (dissertação de Mestrado).
- 70 COOPERATIVAS garantem a economia agrícola do Paraná. **Agricultura, a força verde**. Brasília, OCB, 24-31, set. 1977.